

Encaminhado para publicação – capítulo de livro, in: Campos, Pedro Henrique Pedreira e Brandão, Rafael Vaz da Motta (Orgs). *Empresariado Brasileiro: história, organizações e ação política*. Rio, Consequência, no prelo.

O capital, frações, tensões e composições

Virgínia Fontes¹

O tema das frações e divisões das classes dominantes suscita mais inquietações do que certezas definitivas, mas isso não impede a explicitação de algumas hipóteses a partir dos elementos que já dispomos². Este artigo apresentará de maneira brevíssima algumas reflexões sobre fundamentos para pensar as frações das classes dominantes, resumindo desafios para procurar compreender as modalidades organizativas das classes dominantes no capitalismo contemporâneo e no Brasil. Considero que a reprodução do capital – isto é, as formas específicas da extração do mais-valor e sua apropriação – estão estreitamente correlacionadas com as modalidades de organização da dominação burguesa *no Estado*, e ela não ocorre no vácuo de uma antecipação permanente realizada pelos poderosos ou dominantes, mas no complexo terreno das lutas intra e entre as classes sociais.

Divisões setoriais e formas funcionais

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que apesar das distinções entre capitais investidos em setores específicos, e de seus interesses particulares, *as suas frações constituem apenas elos do movimento do capital tomado como um todo. Esse é o cerne da questão e precisa ser lembrado permanentemente.*

A análise mais consistente sobre as frações do capital é a que apresenta as formas funcionais do percurso D-M-D'. Entram aqui vários proprietários capitalistas, com interesses diversificados, geradores de tensões entre eles, unificados entretanto pela exigência comum da 'valorização do valor', exigência imposta pela totalidade efetiva dos capitais, que pode ser considerada como 'capital social', isto é, como o conjunto da propriedade do capital, tomado como forma social. A definição clássica de frações considera as formas funcionais apresentadas por Marx como uma base mais ou menos fixa para definir as frações do capital, a elas atribuindo papéis e características econômicas, sociais e políticas. Marx distingue o momento ou Capital Dinheiro (Capital Monetário e/ou Capital de crédito); o momento da produção, Capital produtivo ou Capital industrial (em termos mais precisos, o momento no qual o capital atua enquanto extrator de valor, quando entra em contato com a matéria viva da produção de valor, que é a força de trabalho), e o momento da circulação e venda das

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, da EPSJV-Fiocruz e da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST.

2 Agradeço a Sebastião Velasco e Cruz ter encaminhado previamente texto para a mesa redonda na qual participamos, no evento *Dimensões do Empresariado Brasileiro: História, Organizações e Política*, em outubro de 2017, no qual propôs instigante debate sobre o tema. Ele me inspirou a, menos que respostas, enfatizar as dificuldades com as quais estamos nos deparando. Agradeço também a Carla Luciana Silva e Gilberto Calil por, precocemente, insistirem sobre o tema.

mercadorias, através do Capital mercantil ou comercial:

Todo ciclo específico tem, por isso, também uma das formas funcionais do capital como ponto de partida e como ponto de retorno. Por outro lado, o processo global é, de fato, a unidade dos três ciclos, que são as diferentes formas em que se expressa a continuidade do processo. O ciclo global apresenta-se para cada forma funcional do capital como seu ciclo específico e cada um desses ciclos condiciona na verdade a continuidade do processo global; o circuito de uma forma funcional determina o outro. É uma condição necessária para o processo de produção global, especialmente para o capital social, que ele seja ao mesmo tempo processo de reprodução e portanto ciclo de cada um de seus momentos. Diferentes frações do capital percorrem sucessivamente os diferentes estágios e formas funcionais. Cada forma funcional, embora sempre outra parte do capital se apresente nela, percorre por causa disso, com as outras, seu próprio ciclo. Uma parte do capital, mas uma parte sempre em mutação, sempre reproduzida, existe como capital-mercadoria que se transforma em dinheiro; outra, como capital monetário que se transforma em capital produtivo; uma terceira, como capital produtivo que se transforma em capital-mercadoria. (...) O capital social total sempre possui essa continuidade e seu processo possui sempre a unidade dos três ciclos.³

Marx os aborda como especializações (e mesmo como autonomizações) sempre dentro da unidade complexa cujo momento central e determinante é a valorização do valor, através do processo de trabalho. Todas as formas funcionais do capital integram *o mesmo processo*, ainda que ingressando em momentos diversos do ciclo da produção e reprodução ampliada do capital, e todas dependem do processo de extração de valor (realização do processo de trabalho). As tensões entre eles ocorrem, assim como crises em partes do circuito do capital, que podem originar-se em qualquer uma de suas formas funcionais, capital monetário, comercial ou produtivo. Tais crises tendem a abalar todo o conjunto da valorização, produção e apropriação do valor.

É portanto admissível considerar tais frações isoladamente: o capital comercial, aquele usualmente denominado de bancário (mas que pode ter outras origens institucionais, como fundos e outras modalidades não bancárias) e o produtivo (que não se limita ao ambiente fabril), e identificar as tensões que se estabelecem entre tais parcelas autonomizadas, embora deva estar sempre presente que são metamorfoses integrantes do mesmo processo e dele totalmente dependentes.

Marx realiza diversas outras distinções. A concorrência integra a dinâmica do capital e, portanto, gera novos tipos de tensão entre os diferentes proprietários; há tensões entre diferentes setores da produção – Departamento I (produção de bens de produção) e Departamento II (produção de bens de consumo) – e outros conflitos ligados a diferentes magnitudes dos capitais. Ao criticar asperamente a “fórmula trinitária” da economia vulgar (que reduzia toda a economia a três fatores da produção, o capital, a terra e o trabalho), Marx menciona três classes fundamentais sob o capitalismo: os capitalistas, os trabalhadores, cujas funções estão definidas no processo de produção, e a classe dos proprietários de terra ou,

3 Marx, Karl. O Capital. 2ª. ed., São Paulo, Nova Cultural. Livro 2, vol. 2, p. 77-8.

como sintetizou Rosdolsky, os “representantes de uma relação de propriedade sobre recursos naturais recebidos como herança”⁴. Ainda segundo Rosdolsky,

O que Marx esboçou em 1857-1858 é, de fato, o programa de sua obra posterior. Assim como os *Grundrisse*, o primeiro e segundo tomos de *O capital* limitam-se apenas, em última análise, a 'enfocar abstratamente, em forma pura, o fenômeno da formação do capital' e analisar o processo de circulação e reprodução 'em sua forma fundamental, reduzido à sua expressão mais abstrata'; ou seja, a considerar o 'capital em geral'. (Daí também a hipótese geral de que as mercadorias são vendidas por seus valores). A diferença metodológica propriamente dita só começa no terceiro tomo. Embora os *Grundrisse* também tratem, em sua última seção, do lucro, da taxa geral de lucro e da queda tendencial desta taxa, o enfoque permanece centrado no 'lucro em geral', no 'lucro da classe capitalista', e não no lucro de 'um capital individual em detrimento de outro'.⁵

É no livro III de *O Capital* que Marx aborda o processo histórico e os desdobramentos concretos das formas funcionais na competição entre capitalistas. Agregam-se então novas fusões da propriedade do capital e novas tensões, como aquelas ligadas à punção inter-capitalista característica dos procedimentos rentistas (especialmente a renda da terra), na relação entre empresários e proprietários, e aquelas derivadas da escala (quantidade) de acumulação e de concentração de capitais, que introduz outros elementos de fricção entre as próprias classes dominantes. Em todos os casos analisados por ele, insiste reiteradas vezes na importância de ter sempre em mente o fato de que somente o trabalho reproduz e produz novos valores (valoriza o valor). Isso se compreende pois, à medida que nos aproximamos dos personagens capitalistas, a tendência é à exacerbação do papel do próprio capital (considerado de maneira totalmente abstrata) e ao 'esquecimento' do papel crucial do trabalho. Nos limitaremos a comentar o aspecto ligado ao crescimento da escala da concentração e centralização de capitais, uma vez que podem envolver tensões internas, inter-capitalistas, de novos tipos.

Escalas de centralização e concentração: a mega-propriedade

À medida em que se expande o capitalismo, se adensam a concentração e a centralização de capitais sob forma monetária, o processo das metamorfoses das 'formas funcionais' se torna mais fluido e mais volátil para os capitalistas mega-proprietários. O Capital portador de juros assume papel crucial, mas essa propriedade nominal de enormes volumes de dinheiro expressa também a urgência convertê-los em capital-função (valorização do valor). Há portanto uma distância entre os mega-proprietários dos recursos monetários e os processos produtivos, e essa tensão entre eles precisa ser constantemente obturada, de modo a completar inúmeros ciclos simultâneos de valorização do valor, assim como as transferências

4 Rosdolsky, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ/Contraponto, 2001, p. 44.

5 Idem, *ibidem*, pp. 56.

internacionais de valor que remuneram tal propriedade. Essa característica do capital, o fato de tornar-se social – pelo crescimento da concentração/centralização, e pela reunião de capitais de muitos proprietários (emprestadores) nas mãos de alguns gestores (bancos, fundos, etc.) – envolve a esmagadora maioria dos diferentes ciclos do capital, converte a pura propriedade nominal do capital, enquanto recursos monetários, em impulsionadora das demais formas de capital funcionante. Prossegue todavia dependente da extração do mais-valor sobre os trabalhadores.

Tais enormes massas monetárias – o capital portador de juros – se apresentam como pura valorização do dinheiro, distante e sem contato com os demais momentos da produção e reprodução do capital. A aparência do processo peculiar do “momento” (ou metamorfose) do capital portador de juros (D-D’), expressa a “pura propriedade social” e se apresenta como uma capacidade própria e singular de valorizar o capital. Parece descolar-se do momento crucial, *funcionante*, extrator de valor. Marx demonstrava como a extração de valor passava a ocupar papel apenas aparentemente secundário, desqualificando o processo criativo em troca da imediatez auto-propagandeada do D-D’. Essa distância com o capital produtivo, que antes como depois permanece o fulcro central do processo de reprodução do capital, não significa a sua redução e, ao contrário, pode inclusive expressar sua generalização, resultado da pressão proveniente de massas de capital dinheiro precisando valorizar-se, isto é re-converter-se em capital em sua função de drenar mais-valor.

O capital funcionante (produtivo de valor) é impulsionado (até mesmo em marcha forçada) sob condições as mais diversas, ainda mais intensificado a partir de crescentes exigências de retorno (taxas e tempo). Em outros termos, a extração de valor através de inúmeras modalidades de subordinação do trabalho ao capital se aprofunda e generaliza. Torna-se mais violenta a relação entre capital e trabalho, assim como se exasperam tensões entre os próprios proprietários, agora em função das múltiplas *escalas* (e tipos) de suas propriedades e seus lugares nos processos ‘funcionais’ da reprodução e apropriação do capital.

Marx tratava já no século XIX das tensões entre o capital industrial ou funcionante (extrator de mais-valor) e o capital bancário, a principal instituição que então realizava a centralização das massas monetárias em alqueive para seus proprietários e impulsionador da valorização do valor. Ele lembrava que “o dinheiro assim emprestado [pelo capitalista monetário] tem nessa medida certa analogia com a força de trabalho em sua posição em face do capitalista industrial”⁶. As tensões entre eles, entretanto, ocorrem sob uma íntima conexão, posto que, quanto ao capital portador de juros, “só mediante seu emprego [pelo capitalista funcionante] ele se valoriza, se realiza como capital. Mas é como capital realizado que o mutuário [o funcionante] tem de devolvê-lo, portanto como valor acrescido de mais-valia (juro), e esta última só pode ser parte do lucro por ele realizado. Apenas parte, não a totalidade.”⁷ Os embates entre tais frações díspares ocorrerão em torno do percentual de apropriação do mais-valor que caberá a cada segmento.

A tensão inter-capitalista apresentada por Marx neste caso é ao mesmo tempo constitutiva e integrante da expansão (ampliação) de ambos e, inclusive, da circulação de

6 MARX, Karl. O Capital. 2ª. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1986-86. Livro III, vol. 4, Tomo 1, p. 264.

7 Idem, ibidem, p. 265.

capitalistas entre os dois “papéis” (capitalista monetário e funcionante). A “pura propriedade” do capital, expressa no capital portador de juros, ao se tornar a expressão do domínio social do capital *tout court*, controla o conjunto do processo como propriedade da capacidade de produzir, ou “propriedade dos recursos sociais de produção”. A “pura propriedade” do capital não se limita meramente a propriedade imediata de meios de produção específicos, mas expressa a capacidade de reunir meios de produção e força de trabalho em diferentes espaços sociais, simultaneamente.

Na atualidade e na escala contemporânea de centralização e concentração da pura propriedade, seu predomínio mantém e expande todas as formas de propriedade capitalistas, ao mesmo tempo em se torna uma ameaça permanente sobre elas, que podem ser rapidamente expropriadas por diferentes procedimentos, inclusive por dívidas. Todos os setores funcionais do capital são empurrados a atuar no ritmo e intensidade de exploração da força de trabalho impostos pela mega-propriedade, sob pena de desaparecerem. Em outros termos, o capital portador de juros detém as condições sociais para ampliar o monopólio social do capital e impor os modos de funcionamento dos meios de produção. Sua existência, entretanto, antes como depois, depende da atividade – cada dia mais frenética – de extração de mais-valor.

Nas últimas décadas do século XX e no século XXI, essa propriedade mega-concentrada sob fugaz forma monetária, em sua imperiosa necessidade de valorizar-se, acelerou a velocidade de impulsionamento de atividades funcionantes (extração de mais-valor sob variados formatos e escalas). A forma tradicional da grande corporação, com conhecidas famílias proprietárias, que subordinavam a força de trabalho sob contratos de longa duração alterou-se bastante desde os monopólios e da generalização dos *managers*, ou gestores (capitalistas funcionantes). Sua própria expansão internacional contribuiu para modificar o panorama das relações de trabalho, com seguidas expropriações de terras e de direitos. As características fabris convivem com outras modalidades de extração de mais-valor nas quais o controle direto sobre os trabalhadores, com contratos flexibilizados ou totalmente desprovidos de direitos, permite transformar valores de uso em meios de produção, quando reunidos pela mega-propriedade do capital. Esse é o caso do Uber, em que automóveis de uso corriqueiro se convertem em meios de produção apenas quando seus motoristas (proprietários ou não dos veículos) são acionados através de aplicativo que não apenas os conecta com passageiros, mas também controla todos os momentos da atividade do trabalhador, assim como calcula e recolhe instantaneamente os mais-valor produzido.

A “pura propriedade” também demonstrou a possibilidade de aniquilar meios de produção, na medida em que se tornem ‘desfuncionais’ para a extração de valor, visíveis em deslocalizações, terceirizações, desmembramentos de empresas, e até mesmo fechamento de certos ramos de atividade. A urgência da lucratividade imediata é seu atributo mais significativo, exibindo *relativo desprezo frente à carcaça material de parcela dos meios de produção* e, sobretudo, *total desdém quanto aos seres humanos* que desempenham a atividade principal, o do trabalho, o único que valoriza o valor. Ao mesmo tempo em que aceleram expropriações primárias e secundárias, tais enormes massas de capital a valorizar-se precisam converter em capital todos os meios de vida até então subsistentes, e industrializar (isto é,

converter em forma de extração de mais-valor) todas as atividades humanas. Esse processo de industrialização é especialmente visível na educação e a saúde, com a implementação crescente de verdadeiras fábricas escolares e de ‘tratamento de doenças’ (redes privadas de hospitais articuladas a seguros). Mas é visível também no direcionamento da gestão dos fundos públicos, de maneira a guiá-los em duas direções: compras massivas em escala nacional de processos e produtos educativos e de saúde; e na atuação, também massiva, da educação pública para sua conformação e adequação à gestão privada.

A insistência de Marx é fundamental, pois cada uma das parcelas ou frações do capital integra um todo, que se nutre da atividade humana na transformação da natureza. Marx insiste sobre o essencial: as frações das classes dominantes só podem ser consideradas a partir das *tensões no interior de uma unidade*. Tais tensões têm como limite a reprodução social do conjunto do capital, e como ponto de união (embora desigualmente repartido) o enfrentamento das reivindicações e/ou insubordinações dos trabalhadores.

O tema da *escala* foi crucial para a análise do imperialismo realizada por Lênin que, como Hilferding, partia do salto de escala da centralização/concentração de capitais ocorrido na virada do século XIX para século XX, ou a monopolização do capital sob a forma da grande empresa (ou dos trustes e cartéis), cuja ponta mais concentrada determinava as posições relativas das demais. Assim, a segmentação das frações e tensões burguesas expressava a exigência de incorporar o elemento da *escala da concentração*. Durante grande parte do século XX, os capitais monopolistas, em geral com atuação fabril em escala internacional, diferenciavam-se dos demais segmentos não monopolistas, impondo seu ritmo e exigências aos demais.

A questão da escala não se limitou entretanto à sua caracterização realizada há um século atrás, quanto Lênin assinalava a união entre indústria e bancos, na configuração do capital financeiro. Nas décadas finais do século XX, centralização e concentração de capitais deram novo salto, os monopólios deslocaram-se da centralidade da propriedade das *empresas* monopólicas para a “pura propriedade” do capital, ou o controle das condições sociais de produção, reprodução e apropriação. As grandes corporações seguem existindo e tem papel fundamental nas tensões inter-capitalistas e o tema do capital monopolista abordado a partir das empresas conserva relevância. Entretanto, ao lado de corporações monopolistas, *empresas específicas de controle proprietário* (holdings e fundos diversos), abrangendo inúmeras empresas e corporações. Essa parece ser a ponta mais crucial da propriedade contemporânea e, portanto, é em torno de seu direcionamento e de suas contradições que todas as demais frações tendem a se reestruturar.

A unidade do capital

Para além das diferenças de setor, de porte e de escala de atuação, a unidade profunda que coliga os diferentes setores das classes dominantes não torna irrelevantes outras circunstâncias específicas geradoras de tensões intercapitalistas, em função da *origem histórica* de certos grupos, da *concorrência* entre capitais do mesmo setor, da concorrência em *escala internacional*, dos conflitos resultantes da crescente *disparidade entre as corporações* (monopólios) e outras empresas capitalistas, das questões *nacionais*, dentre

outras⁸. Tais frações precisam sempre ser compreendidas, entretanto, como particularidades de um mesmo conjunto articulado, embora fragmentado, do qual nenhuma parte pode ser autônoma. Mas, por irracional que pareça, isso não impede frações do capital de, na defesa de interesses particulares de um determinado grupo – de empresas ou de países; setorial ou funcional – eventualmente levar algum país, ou até mesmo a humanidade, a guerras mortíferas e à destruição massiva de suas próprias bases de acumulação.

Levar em conta tal unidade profunda da ‘ordem capitalista’ (a valorização do valor) é condição para compreender a atuação dos diversos segmentos das classes dominantes. Mas não é suficiente, pois é preciso também identificar e analisar as diferentes formas de organização das frações e setores burgueses – no sentido da elaboração de processos de formação de seus quadros, de construção de objetivos comuns e de atuação política, com diversos escopos. Essa atuação política pode estar relacionada a partidos políticos, à defesa de interesses setoriais diretamente no Estado (através de seus representantes ‘técnicos’ que passam a integrar diversos âmbitos do Estado), à configuração de malhas de entidades empresariais sem fins lucrativos que atuam como se fossem ‘partidos’ fora do espectro eleitoral, etc. As classes dominantes respondem fundamentalmente às crescentes contradições *entre* as classes sociais. Suas tensões internas são permanentes, mas estão sempre engolfadas no bojo do enfrentamento às grandes maiorias. A sociedade capitalista se apresenta como cindida entre uma ‘economia’ reificada e uma política voluntarista, mas as duas dimensões são intimamente articuladas.

Propriedade do capital, formas de dominação e lutas de classes

Gramsci tem importante contribuição para o tema, embora não pelo ângulo do setor econômico no sentido estrito, mas pela aguda análise sobre a capacidade de determinados setores ou grupos econômicos de plasmar o conjunto da vida social (a sociabilidade, a cultura, o modo de ser) a partir de processos fincados no âmbito da produção, que se disseminam para o conjunto da vida social e para o Estado⁹. Destaca, sobremaneira, a multiplicação de lutas sociais e de formas de consciência através do crescimento de organizações da sociedade civil, através de aparelhos privados de hegemonia (APHs), que integram o Estado em sua formulação teórica. A atuação desses aparatos associativos das classes dominantes, mas também como expressões de luta dos subalternos, expressa a elaboração concreta de formas de ser, disputa posições e conquista espaços de decisão no interior do Estado (por isso mesmo, ampliado). O tema da hegemonia (e da configuração de blocos históricos) obriga a considerar

8 Vale reler, a respeito, o clássico trabalho de Marx, K. *Les luttes de classes en France*. In: Marx, K. e Engels, F. *Oeuvres Choisies*. Moscou, Ed. du Progrès, 1970. As rivalidades entre frações burguesas apresentam-se por vezes de maneira violenta, mas seu pano de fundo e seu limite é a irrupção da classe trabalhadora na cena política. Nessas circunstâncias, os antigos rivais se unificam e mostram-se dispostos, inclusive, a deixar o poder político em mãos de terceiros (caso de Bonaparte), com a condição do controle da classe trabalhadora e da garantia das condições gerais de reprodução do conjunto dos capitais. A análise realizada por Marx correlaciona estreitamente as ‘formas funcionais’ à sua condição nacional, ou ao peso relativo de cada fração ou setor então ocupado na França, na economia e na política.

9 Ver sua clássica análise sobre as transformações em curso no conjunto da vida social no momento de expansão do fordismo. Gramsci, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. In: *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, vol. 4.

tanto o predomínio econômico de certas frações (ou segmentos capitalistas) quanto as lutas intra e entre as classes, a partir de relações entre forças com maior ou menor grau de coesão e organicidade. Tais relações de forças envolvem sobretudo convencimento (consenso), mas também formas de coerção, ambas emanadas simultaneamente do tipo e do alcance de organizações na sociedade civil, quanto de suas intervenções no Estado integrado por elas. Desta maneira, ele se expande para além das fronteiras estritamente institucionais.

O tema das frações das classes dominantes trata, pois, de diferenciações numa unidade da valorização do valor (ou extração do mais-valor), cuja condição de existência perpetua tensões internas (através da acumulação ampliada) sob diversas formas e repercute no próprio âmbito da produção social do valor e de sua repartição. Se essa unidade contraditória continua a se reproduzir centralmente nos espaços estatais-nacionais, aumentou sua disseminação para o âmbito internacional. Gramsci insiste que a dominação de classes não é operada unicamente de maneira direta pelos interesses econômicos específicos de um ou outro grupo (corporativos), mas se estende e se expande para a conjunto da vida social, atingindo a sociabilidade e a cultura.

Elementos circunstanciais também integram essa unidade contraditória das frações do capital, derivados do peso relativo em cada país de determinados grupos ou setores e de seu peso na inflexão de políticas estatais. Em outros termos, há constante tensão para impor uma direção ao conjunto das diversificadas frações das classes dominantes, e de influir, definir e infletir o Estado na direção de exigências específicas, assegurando uma certa coloração ao conjunto dos demais setores ou frações. Estes, doravante, conservarão suas peculiaridades, mas recompostas em função do predomínio de um setor ou outro, de uma ou outra fração de classe. Essa capacidade dirigente é também a expressão da dominação – de um lado, assegurar a unidade das frações do capital e, de outro, dividir o conjunto das classes dominadas.

Poulantzas realizou suas análises na década de 1970, no bojo da expansão imperialista do capital monopolista e acrescentou dois elementos ao tema das frações de classe. O primeiro, lembrado por Cruz, é a consideração de que *as 'frações' das classes dominantes não são fixas*: enraizadas no processo produtivo, dependem também de elementos conjunturais, recolocando as lutas intra e entre as classes como ponto nodal para a compreensão do papel político de tais frações. Retoma assim, à sua própria maneira, as questões colocadas anteriormente por Gramsci. A segunda e importante contribuição de Poulantzas diz respeito ao processo de *internacionalização* de capitais característica do imperialismo no pós II Guerra Mundial. Procurou identificar a maneira pela qual os capitais estrangeiros (e seus proprietários e/ou governos) atuam politicamente no interior de outras formações sociais. Estava atento, em especial, às modalidades de penetração dos capitais estadunidenses nas potências imperialistas europeias. Poulantzas observou que a configuração dos blocos no poder passou a envolver a reprodução (e garantia) dos capitais estrangeiros no interior mesmo dos Estados. Relembramos que a citação abaixo refere-se á presença de *capitais estrangeiros no interior de metrópoles capitalistas, e como estes interesses são conduzidos politicamente por burguesias nativas*:

os estados imperialistas se encarregam não simplesmente dos interesses de suas burguesias interiores, mas igualmente dos interesses do capital imperialista dominante e daqueles dos outros capitais imperialistas (...) Por outro lado, no entanto, esses capitais ‘estrangeiros’ não fazem diretamente parte, como tais, isto é, como forças sociais relativamente autônomas, de cada bloco no poder em questão: a burguesia americana e suas frações, a burguesia alemã e suas frações, não estão diretamente presentes como tais no bloco no poder na França, por exemplo.¹⁰

Essa abordagem de Poulantzas instiga a levar adiante o aporte gramsciano da ampliação do Estado e esmiuçar de que maneira as diferentes frações de classe num dado país expressam seus próprios interesses, e como assumem os dos capitais estrangeiros. Seguramente o fazem sob formas diversas nos diferentes espaços nacionais e, por conseguinte, nos próprios Estados-nação. Nosso autor sugeriu algumas pistas interessantes para as modificações que então observava nos Estados-nação europeus, como a

conceituação jurídica da soberania nacional: papel de cada Estado na repressão da luta de classes no plano internacional (OTAN, etc.); extraterritorialidade de funções e intervenções de cada Estado, se estendendo nas formações externas onde se desenvolve seu capital autóctone; modificações dos sistemas jurídicos internos (...) para cobrir a internacionalização de suas intervenções; modificações político-ideológicas dos aparelhos de estado por excelência, fundados sobre a estrutura do Estado nacional, notadamente o exército, etc.¹¹

Poulantzas entretanto não analisou especificamente o papel dos Aparelhos Privados de Hegemonia (ou da sociedade civil, no sentido gramsciano) e sua presença no Estado capitalista dos países centrais. Embora estas entidades empresariais ‘sem fins lucrativos’ já contassem com extensa atuação internacional nos anos 1970, como mostrou Dreifuss¹², a multiplicação mais contundente da sua atuação no terreno econômico, social, cultural e político ocorreria sobretudo a partir da década de 1990¹³. Elas intensificaram sua presença tanto nos espaços nacionais, quanto no cenário internacional.

Aliás, sobre o tema da internacionalização e da defesa institucional do capital em escala internacional, há inúmeras contribuições sobre o papel do Fundo Monetário Internacional e do Grupo Banco Mundial-GBM. Vale destacar a pesquisa de João Márcio Mendes Pereira sobre o GBM, na qual assinala como o papel “intelectual e organizativo” do Banco no interior dos diversos Estados e nas condições para a expansão do capitalismo em escala internacional *é tão (ou mais) importante* quanto o seu papel diretamente econômico. O Grupo Banco Mundial – como outras instituições oficiais internacionais e entidades empresariais não oficiais – atua no sentido de definir linhas prioritárias para além das tensões

10 Poulantzas, Nicos. *Les Classes Sociales dans le Capitalisme d'Aujourd'hui*, Paris, Éditions Seuil, 1974, p. 83. Tradução nossa.

11 Id., ibidem, p. 85.

12 Cf. Dreifuss, René Armand. *A Internacional capitalista. Estratégia e Táticas do Empresariado Transnacional (1919-1986)*. Rio, Espaço e Tempo, 1986.

13 Cf. Depecker, Thomas; Déplaudé, Marc-Olivier et Larchet, Nicolas. La philanthropie comme investissement. *Politix* 2018/1 (n° 121), p. 10. Disponível in: <https://www.cairn.info/revue-politix-2018-1-page-9.htm>

internas à própria burguesia estadunidense, agregando extensas conexões das burguesias imperialistas internacionais, sedimentando laços com as burguesias dos demais países. Como já mencionado, sua atuação não se limita ao campo econômico, e as relações do Banco Mundial, sobretudo a partir de meados da década de 1990, estão “inseridas e estruturadas num campo de cooperação e conflito muito mais amplo que envolve Estados, academia, fundações privadas, agências bilaterais de ajuda internacional e instituições multilaterais”. O Banco pratica “uma espécie de “imperialismo brando”, que consiste em manter uma vasta rede de ONGs (nacionais e internacionais) presa às planilhas de pagamento de doadores internacionais e nacionais, rede através da qual grupos comunitários permanecem dependentes da manutenção de projetos realizados por ONGs.”¹⁴

A unidade complexa da produção e reprodução do capital não se limita ao âmbito local (nacional), nem ao âmbito diretamente econômico (muitas vezes reduzido às empresas, de maneira equivocada), mas incorpora desigualmente segmentações e elementos organizativos, tanto nos âmbitos nacionais quanto internacionais. A instauração da Trilateral em 1973, por exemplo, reunindo grandes empresários estadunidenses, europeus e japoneses, assim como intelectuais e funcionários públicos de alto escalão, demonstra a escala e a importância de tais entidades empresariais da ‘sociedade civil’, na definição de interesses estratégicos comuns, que envolvem o conjunto da produção e reprodução da vida social sob o capital¹⁵.

Há inúmeras pesquisas sobre história econômica que demonstram a presença mais ou menos direta de interesses (tanto de capitais quanto da atuação direta de empresários) estrangeiros em empresas, mas também em entidades organizativas empresariais brasileiras *sem fins lucrativos*, isto é, *aparelhos privados de hegemonia*. Formaram-se aqui subsidiárias de aparelhos privados de hegemonia estadunidenses cujos objetivos incluem interesses corporativos e os extrapolam (Fundações Ford, Rockefeller), além de entidades mescladas a outras associações empresariais locais, caso da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM-Brasil), que inclusive contornou limitações legais para o financiamento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do IPES¹⁶.

Capital-imperialismo

Dentre outros elementos que caracterizam o capital-imperialismo¹⁷, enfatizei especialmente a enorme concentração da pura propriedade de ‘recursos sociais de produção’, ou da capacidade de reunir meios de trabalho e força de trabalho, garantindo o controle de certos meios e processos de produção estratégicos, *mantendo e ultrapassando* a barreira do controle direto dos equipamentos fabris. Qualquer que tenha sido o setor originário da

14 Pereira, João Marcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Tese de doutoramento, História/UFF, 2009, p. 237. Publicado com o mesmo título, São Paulo/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

15 Ver Hoeveler, Rejane. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise : os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Dissertação de Mestrado, História/UFF, 2015.

16 Bortone, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: o caso das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese de doutoramento. História/UFRJ, 2018.

17 Cf. Fontes, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História*. Rio, Ed. UFRJ/EPSJV-Fiocruz, 2010.

acumulação, os mesmos grupos (holdings) controlam a propriedade de inúmeros e diversificados setores, ocupando o lugar do capital monetário e impulsionando expropriações (primárias e secundárias). Exacerbam a concorrência entre setores e áreas formalmente diversos, ainda que integrando o mesmo complexo proprietário. A concentração não elimina e sim aprofunda a concorrência na extração de mais-valor e na sua apropriação. Há uma significativa diferença de escala com relação ao período da ‘união íntima’ apontada por Lênin, e por essa razão a denominei de ‘fusão pornográfica’.

A questão das frações assume, no capital imperialismo, novas determinações, voltadas não apenas e diretamente para as empresas (locais de extração de valor, ou exercício do capital funcionante), mas para o *papel crucial* desempenhado pela *propriedade do capital na escala de concentração do capitalismo contemporâneo*, assim como na *intensa preparação de capitalistas-funcionantes (proprietários ou não dos meios de produção)* para o exercício de maneira brutalizada da função imprescindível da valorização do valor através do trabalho. Em parte, muitos aparelhos privados de hegemonia realizam essa preparação, ao formarem lideranças empresariais, treinarem gestores e fomentarem a intimidade com a gestão pública.

Também naquele livro sublinhei o crescente papel na dominação de classes através da disseminação de entidades empresariais sem fins lucrativos. Tal caracterização permitiu ao capital-imperialismo a “difusão cosmopolita de certos interesses, de certas formas de agir e certas maneiras de pensar muito mais ampla e extensa do que se estivessem atadas aos acordos políticos internacionais ou às legislações nacionais que incidiam sobre atividades diretamente econômicas, vigentes para a instalação de empresas. Assim, fundações e entidades diversas experimentaram enorme crescimento, precariamente nomeadas de ‘não governamentais’ (ONGs), e envolvem think tanks, agências internacionais sob patrocínio mas não sob direção direta dos governos dos países capitalimperialistas”¹⁸. Atuam como subsidiárias, mas também fomentam a criação de aparelhos privados de hegemonia (APHs) similares em todos os países. Muitas burguesias locais assumiram tais procedimentos e, associadas ou não às demais burguesias estrangeiras, implementaram e expandiram essa peculiar ‘sociedade civil empresarial’. Esse é o caso brasileiro e daremos alguns elementos mais adiante das dimensões do fenômeno. Certamente, também nesse âmbito empresarial ocorrem tensões e contradições, em função da multiplicidade de conexões entre diversos APHs empresariais, além da relação direta com empresas, configurando o que Gramsci denominou de ‘partidos’ ou de ‘quartéis-generais’ definidores de políticas comuns.

Exatamente em função de tal escala de concentração, as demais formas da propriedade (capitalista ou não) estão submetidas ao compasso vertiginoso da mega-propriedade. Entre muitos “funcionantes” crescem expectativas de serem ‘alavancados’, ao lado de derrotas por especulações, por não conseguirem sobreviver frente a concorrência, levando a sucessivas perdas de direção de empresas, com seus antigos proprietários tornando-se ‘gestores’, criando-se um ambiente de tensões e projetos distintos entre frações, setores e segmentos da propriedade burguesa. Em primeiro lugar, a tensão *escalar* tende a se tornar permanente entre as grandes *holdings* proprietárias em âmbito internacional e as empresas e/ou capitalistas

18 Fontes, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio, Ed. UFRJ/EPSJV-Fiocruz, 2010, p. 174.

funcionantes (em todos os setores) que são alvos de seus investimentos. Perduram também as tensões entre corporações e holdings de origens nacionais diversas. As tensões podem emanar das lucratividades diversas no interior dos mesmos grupos proprietários, ou de origens nacionais diversas, ou de fricções entre formas funcionais, ou ainda da tensão entre grupos proprietários de escalas diversas, envolvidos nos mesmos empreendimentos. Em segundo lugar, a exacerbação da concentração revela-se de maneira imediata e brutal sobre as classes trabalhadoras, em processo que unifica na barbárie as mais diversas frações do capital. Não obstante, setores burgueses que se imaginavam florescentes são podados, *exigindo compensações públicas crescentes, mas o fazem em nome do... capital e do capitalismo.*

Para os efeitos de nosso exercício, trata-se de mostrar a importância da relação entre a conformação das burguesias, suas formas de organização (da propriedade, em setores, ou em aparelhos privados de hegemonia), suas tensões e *suas resultantes no Estado*, assim como sua presença (ou ausência) nos cenários internacionais. A configuração das formas de dominação atual segue na defesa *nominal* das empresas e dos seus setores de atuação, mas as ultrapassa de muito, tendo crescido o vetor da propriedade do grande capital (capital monetário) e aumentado exponencialmente o número e o escopo dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes, especialmente no Brasil.

Desafios – frações e organizações

Uma ressalva a algumas pesquisas atuais é que a ênfase na ‘financeirização’, nem sempre é suficientemente definida, e arrisca-se a deixar supor a existência de frações do capital ‘melhores’ (industriais) ou ‘piores’ (financeiras). Na esteira de generalizações não refletidas, embute-se do risco da crença – seguindo o próprio discurso dominante e ameaçador do capital – de que é possível o fim do trabalho. Ora, é o sangue vivo do trabalho quem prossegue irrigando massas crescentes de trabalho morto, corporificado seja em máquinas, equipamentos, tecnologias, seja sob a fugaz forma monetária. Estamos diante da expansão de uma ‘malha totalitária’ de interesses concorrentes, contrastantes, diferentemente organizados, cujo solo é o processo de valorização de valor em sua unidade contraditória de momentos, escalas, regiões espaciais (geográficas), setores e peso relativo nos diversos Estados. As relações entre Estados tendem a ser apresentadas como relações competitivas (inter-imperialistas ou centro e periferia) cujo objetivo maior seria conter em suas fronteiras o máximo do conjunto das metamorfoses do capital (equiparadas a desenvolvimento). Mas esse posicionamento novamente tende a reforçar a defesa de certas frações do capital em detrimento de outras, como se existissem de maneira isolada e como se seu movimento não tendesse a recompor exatamente os processos de centralização/concentração, ainda que com efeitos diversos segundo as relações de força entre tais setores.

O desafio contemporâneo parece-me ser a compreensão de como se relacionam as formas de propriedade (escalares, setoriais e funcionais, regionais, nacionais e internacionais) e os variados âmbitos organizativos da atuação funcionante (as diferenciadas e instáveis modalidades das empresas). O predomínio dessa mega-propriedade impõe formas cada vez mais autocráticas de extração de mais-valor, e impulsionou enorme malha de APHs

cumprindo diversos papéis. Prosseguem as lutas intra-capitalistas específicas de cunho corporativo (formas funcionais ou setoriais), mas cresce o papel da miríade de entidades empresariais sem fins lucrativos na elaboração das práticas econômicas, formativas, de convencimento e, também, sua atuação propriamente estatal, no sentido da formulação, definição e implementação de políticas públicas. As tensões intra-capitalistas parece ter hipostasiado como ponto de união o combate às classes trabalhadoras (a contra-revolução preventiva), tanto nos âmbitos nacionais quanto em escala internacional.

*A explicitação dos momentos de tensão intra-classe dominante ou de sua unificação (por procedimentos competitivos, coercitivos ou por convencimento) exige partir da centralidade das 'lutas de classes' e das 'relações de força', como insistiram Marx, Gramsci e Poulantzas. Poulantzas lembra ainda que "não é absolutamente necessária uma 'consciência de classe' própria e uma organização política autônoma das classes em luta para que exista a luta de classes, em todos os domínios da realidade social."*¹⁹ Para Gramsci, também as lutas podem existir sem a presença de organização política oficial que se apresente como tal, uma vez que a agregação de interesses e de visões de mundo pode ocorrer através de quartéis-generais que estão aparentemente fora da institucionalidade, mas vertebram os verdadeiros 'partidos' em pugna. Por essa razão, ele insiste sobre a importância de identificar os momentos da consciência e da organicidade nas lutas de classes para compreender as relações de força e momentos da consciência. Os partidos, para ele, nem sempre são os que se apresentam dessa forma, e a atuação de APHs vem crescentemente cumprindo espaço adicional de aglutinação e de disseminação dos interesses predominantes.

A unidade a cada dia mais complexa da produção e reprodução do capital (ou a valorização do valor) não recobre a integralidade da vida social, sob o risco de aniquilamento da humanidade. Os processos de expropriação – primários e secundários – e a conversão de meios de existência em capital que se intensificaram brutalmente nas últimas décadas mostram que, por um lado, o apetite e a voracidade do capital são ilimitados e, desse ponto de vista, o totalitarismo social, econômico e político é um horizonte próximo. O predomínio da mega-propriedade, com os efeitos sociais que provoca, são sua expressão. Por outro lado, entretanto, a própria devastação na vida social concreta que dele resulta exige a construção de elos sociais contra o capital, como defesa da própria vida.

19 Poulantzas, Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme d'aujourd'hui*. Paris, Seuil, 1974, p. 19.